

## **A FORMAÇÃO DA SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM ROBERT MICHELS**

**Renato Fernandes<sup>1</sup>**

**Resumo:** No presente artigo analisamos o processo de formulação da sociologia dos partidos políticos de Robert Michels. Esta análise foi feita através da crítica que o autor realizou à socialdemocracia. Desde seus primeiros textos, Robert Michels procurou delimitar as possibilidades da formação de uma vontade coletiva, na qual coincidisse os interesses dos dirigidos e dirigentes, na perspectiva democrática. Com a adaptação da socialdemocracia ao parlamentarismo, o autor formulou diversas críticas para a análise desse processo. A partir disso, elaborou uma teoria dos partidos que reforçou a crítica elitista ao sistema democrático, cujo centro é a ideia de que toda organização leva à oligarquia, isto é, à separação entre uma camada dirigente e uma massa de dirigidos.

**Palavras chave:** Robert Michels, Sociologia dos partidos, Democracia, Lei férrea da oligarquia

*Recebido em: 21/11/2019*

*Aceito em: 02/04/2020*

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela UNICAMP. Professor da Rede Pública Estadual de São Paulo. Email: rcesarff@yahoo.com.br.

## **THE FORMATION OF THE SOCIOLOGY OF POLITICAL PARTIES IN ROBERT MICHELS**

**Abstract:** In this article we analyse the process of formulating of the sociology of political parties of Robert Michels. We analyse this through the author's criticism of social-democracy. Since his first texts, Robert Michels tried to define the possibilities for the forming of a collective will, in which the interests of the rulers and the ruled would coincide, within a democratic framework. As social-democracy accommodated itself to parliamentarism, the author formulated several criticisms for the analysis of this process. . From this, he elaborated a theory of political parties that strengthened the elitist criticism of the democratic system, centred around the idea that all organization leads to oligarchy, that is, to the separation between a ruling strata and the ruled masses.

**Keywords:** Robert Michels, Sociology of parties, Democracy, Iron law of oligarchy

## 1. Introdução

Robert Michels iniciou sua carreira sob a égide do marxismo e aos poucos foi realizando uma crítica política e teórica ao mesmo e se aproximando da teoria elitista. Este percurso culminou na aproximação ao fascismo na década de 1920. Neste artigo, pretendemos demonstrar o processo de formulação de sua teoria da sociologia dos partidos políticos, da sua crítica à socialdemocracia até sua obra principal, *Para uma sociologia dos partidos políticos* de 1912.

Na primeira parte, fizemos uma análise dos debates realizados pelo autor no interior da socialdemocracia. Suas críticas às políticas da socialdemocracia, assim como seus estudos partidários sobre este tema, sendo que uma boa parte da sua sociologia dos partidos foi formulada a partir destes textos. Na segunda parte, a análise se centrará nas formulações de Robert Michels sobre a teoria dos partidos, principalmente em sua obra de 1912.

## 2. Da crítica política à crítica teórica

Nos primeiros dez anos de vida intelectual (1899-1909), Robert Michels foi um intelectual diretamente ligado à vida de dois partidos políticos da Segunda Internacional: ele era filiado tanto ao Partido Socialista Italiano (PSI), quanto ao Partido Socialdemocrata Alemão (SPD). A evolução política destes partidos marcou profundamente a primeira fase de produção de Michels, assim como a de muitos intelectuais de esquerda da época. Segundo Albertoni (1989, p. 11), os trabalhos do sociólogo ítalo-germânico estavam no interior do debate da socialdemocracia internacional, porém não tinham o invólucro ideológico marxista.

O marxismo, enquanto corrente político-ideológica, se formou no final do século XIX, quando Friedrich Engels, Karl Kautsky e Eduard Bernstein estavam em contínuo e estrito contato (Mathias, 1988: 35). O principal centro de desenvolvimento teórico foi a Alemanha e, principalmente, os teóricos e os debates que surgiram em torno ao SPD.

O SPD foi fundado em 1875 e teve um rápido crescimento. Em 1878, ocorreram duas tentativas de assassinato do Kaiser Guilherme I. Com seu histórico antimonarquista, o SPD foi acusado de "incentivar" e "influenciar" essas tentativas de assassinato. A forçada clandestinidade fez com que o partido alemão tivesse como foco as atividades políticas no Parlamento, propiciando a formação de uma direção bastante ligada às atividades parlamentares; por outro lado, a limitação das liberdades democráticas possibilitou que a consciência ideológica do partido se aproximasse de soluções revolucionárias para a luta na Alemanha (Ibidem: 42).

Após o fim das leis antissocialistas, o partido alemão encontrava-se sob um forte discurso ideológico ligado ao marxismo revolucionário e uma prática cada vez mais adaptada ao parlamento alemão. O programa de Erfurt, aprovado em 1891, era a expressão desta contradição: numa primeira parte, o programa apresentava as leis do capitalismo sob fórmulas marxistas;

noutra parte, estavam expostas as reivindicações democráticas e sociais. Faltava entre elas uma “*unidade dialética entre teoria e prática*” (Ibidem).

A contradição entre a teoria marxista e a prática reformista foi colocada em xeque, pela primeira vez, por Bernstein. Tentando se ater ao espírito crítico do método de Marx, Bernstein realizou uma revisão de alguns postulados de Marx:

Bernstein fora impulsionado por uma dupla motivação. Por um lado, pretendia superar a defasagem entre a teoria (radical-revolucionária) e a práxis (reformista) do SPD; por outro, queria rever as teses do marxismo, abaladas pelas críticas burguesas a Marx, e não mais válidas – era essa sua convicção – no plano empírico. (Fetscher, 1989: 275).

A base do revisionismo de Bernstein são as mudanças econômicas ocorridas neste período. Para ele, a teoria das crises de Marx devia ser revista, pois já não se adequava à explicação do real. Esta revisão teórica levou Bernstein à formulação de uma política que garantisse reformas sociais através do parlamento e do compromisso com outros partidos (Bernstein, 1997: 143-145). Estas reformas sociais levariam a um avanço gradual ao socialismo. Este revisionismo teórico, como afirma Fetscher, era condizente com a prática reformista-parlamentar da socialdemocracia (Ibidem: 288).

O revisionismo de Bernstein foi criticado por intelectuais da esquerda internacional: Lenin, Georges Sorel, Kautsky e Rosa Luxemburg, cada um a seu modo.

Foi envolto neste debate intelectual que Michels começou a escrever. A contradição entre a teoria revolucionária e a prática reformista foi a base da crítica de Michels à socialdemocracia alemã. Num texto de 1904, intitulado *Os perigos do Partido Socialista Alemão*, Michels criticou a posição contrária dos dirigentes do SPD à greve de massas. Tanto os sindicatos alemães (dirigidos por membros do SPD), quanto a socialdemocracia alemã eram contra a propaganda da greve de massas entre os operários. O texto de Michels iniciava com uma caracterização do Estado alemão e sua burguesia:

O nosso Estado não é, com efeito, o Estado de uma burguesia em decadência; é ainda o Estado feudal dos tempos bárbaros. E dispõe de duas forças formidáveis: de um lado uma burguesia intransigente que não está afetada por alguma ideia vagamente humanitária – como a burguesia liberal francesa, italiana e dos Países escandinavos – e que vê na monarquia não só uma instituição útil, mas ainda um fetiche que necessita imolar a vítima; de outro lado, um inumerável proletariado inconsciente e cego, pronto para atacar seus próprios irmãos na luta. (Michels, 1989: 152. Tradução nossa.)

Para o sociólogo ítalo-germânico, a Alemanha era o país mais atrasado da Europa, com exceção da Rússia e da Turquia. Mas tinha em seu seio um partido socialista que obtinha mais de três milhões de votos e que organizava milhares de trabalhadores. A Alemanha era a combinação do futuro (socialdemocracia) com o passado (absolutismo feudal).

A prática reformista-parlamentar fazia com que a socialdemocracia colocasse em risco o objetivo revolucionário da socialdemocracia (Ibidem: 149). Ao contrário de Edouard David, deputado do SPD, que defendia que *"os socialistas não podem ter mais que um dever: a legalidade!"* (Ibidem: 151. Tradução nossa), para Michels não era possível alcançar o objetivo da socialdemocracia sem atacar a legalidade do Estado alemão: esta legalidade era um atraso completo na Europa. O objetivo do SPD, para Michels, era o de *"criar um Estado democrático e republicano na Alemanha, que dará à força operária um ambiente livre, no qual não terá nenhum obstáculo ao desenvolvimento da força proletária"* (Ibidem: 164. Tradução nossa).

A forma como a socialdemocracia deveria aplicar esta política seria uma prática que servisse como um fermento revolucionário, que substituísse a educação "diplomática" por uma mais "socialista e moral" (Ibidem, p. 153). Além disso, seria preciso superar a priorização da ação parlamentar, pela ação de massas: a força do socialismo reside na luta das massas e o partido deveria promover esta luta (Ibidem: 157).

Entre 1906-1907, Michels teve uma relação intelectual com Max Weber e a revista que este dirigia *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Dois textos publicados na revista analisaram diretamente o SPD. O primeiro, intitulado *Die Deutsche Sozialdemokratie* (A socialdemocracia alemã, 1906), é um importante estudo empírico, em que Michels forneceu dados sobre a composição social do partido, as profissões, a divisão de gênero, dados eleitorais, etc. Na última parte desta investigação, pioneira em estudos partidários, ele destacou os atritos sociais no interior da socialdemocracia e a tendência à mobilidade social interna à socialdemocracia.

Em relação aos atritos sociais, Robert Michels enfatizou alguns conflitos internos ao partido, sobretudo, entre intelectuais e proletariado. Para ele, estes conflitos, em certo sentido, poderiam ser compreendidos como uma "luta de classes". A base dos conflitos de interesses entre estes setores estaria no papel que a socialdemocracia assume em relação ao proletariado: para os trabalhadores assalariados, o partido é um *"mecanismo de elevação social"* (Ibidem: 271. Tradução nossa). O papel que a socialdemocracia cumpre é de *"afastar do proletariado – de desproletarizar – uma parte, frequentemente a melhor, a mais forte, do proletariado mesmo, fazendo-a confluir na pequena burguesia e, em algumas raras exceções, realmente na burguesia média"* (Ibidem. Tradução nossa). Esta transformação dos proletários de trabalhadores manuais para trabalhadores do conhecimento tem dois aspectos centrais: o primeiro é a mudança de vida social; o segundo relaciona-se com a transformação psicológica destes trabalhadores (Ibidem). A definição do sociólogo é de que a classe proletária era composta por aqueles indivíduos que executavam o trabalho manual. A partir do momento em que o proletário transformava-se em dirigente partidário, um funcionário profissional, o operário abandonava o trabalho manual e passava a executar um trabalho intelectual, caracterizando-se assim como um pequeno burguês. A transformação na forma de trabalho (manual para intelectual) é o que significa a mobilidade social, de proletário a pequeno burguês, possibilitada pelo partido socialdemocrata.

A conclusão de Michels neste texto recai sobre outro aspecto: a organização política é o palco de uma mobilidade social para determinados setores de trabalhadores. A questão que fica é se essa mobilidade "*condiciona e limita as relações entre a estrutura do partido e os interesses dos trabalhadores*" (Idem: 283. Tradução nossa)? A resposta para esta questão, Michels deixou para "um estudo futuro" (Ibidem).

No segundo artigo, publicado também na revista de Weber, Michels analisou a posição da socialdemocracia na Segunda Internacional. Neste texto, o sociólogo ítalo-germânico analisou diversas posições políticas do SPD (greve de massas, anti-militarismo, a questão do domínio da Prússia no Estado Alemão, etc.). A partir da posição assumida pela socialdemocracia alemã, Michels considerou que existia uma "*decadência da hegemonia da Social-democracia alemã no socialismo internacional, resultado da sua impotência*" (Ibidem: 367). O processo que explica esta impotência tem a ver com o gigantesco complexo organizativo do SPD: ao ter que se dedicar cada vez mais ao processo cotidiano, da luta imediata, o partido abandonou progressivamente a luta internacional (Ibidem: 370). Para Michels, é o princípio da divisão do trabalho que aprofunda esta distância entre uma tática nacional de fortalecimento e uma tática internacional de enfraquecimento (Ibidem). Mas a impotência política vai mais além do que a disparidade nacional/internacional. Esta impotência é a combinação entre o *atraso alemão*, com a presença na luta política de uma classe feudal e uma burocracia funcional, e a política do partido enquanto "*exclusivamente de eleitores e leitores dos jornais, dotado de um grande aparato burocrático*" (Ibidem: 375). E Michels aprofunda sua crítica ao SPD afirmando que:

Para superar o poder centralizado do Estado, este é por sua vez centralizado e uma vez que emprega só um meio para combater este poder – isto é, utiliza daquele único elemento democrático da estrutura estatal alemã: o direito do voto – o mecanismo inteiro é estruturado e pensado para a obtenção da vitória eleitoral. (Ibidem. Tradução nossa).

E, mais adiante, Michels continua sua crítica à socialdemocracia, dizendo que o SPD não "educa homens", mas esforça-se por formar "pequenas engrenagens" (Ibidem: 376), que reproduzem o que o autor considera como o caráter do povo alemão: "*a capacidade de organização gregária de seres fiéis, a submissão à autoridade administrativa*" (Ibidem). Esta relação de passividade (burocrática e administrativa) entre os militantes de base do SPD era o que mais enfraquecia a política socialdemocrata. Para Michels, era possível, e necessária, a mudança desta política partidária.

Nestes textos sobre a socialdemocracia alemã, podemos sintetizar três traços da crítica de Michels ao SPD: a) a adaptação do partido ao parlamentarismo e o domínio da fração do *Reichstag* (Parlamento alemão) no partido; b) o partido como um mecanismo de ascensão social, com domínio político dos pequeno-burgueses (trabalhadores intelectuais); c) a possibilidade de uma mudança desta política, através de uma educação e prática socialistas. A saída de Michels para os perigos que ameaçavam a socialdemocracia era uma política de educação socialista e de

combate contra o atraso que representava o Estado alemão, lutando pela implementação de uma república democrática.

### **3. Transformações na teoria: a impossibilidade do ideal democrático**

Os estudos sobre a socialdemocracia deram um impulso na atividade intelectual de Michels. A partir dos contatos que teve com intelectuais italianos, como Achille Loria, Luigi Einaudi, Cesare Lombroso e Gaetano Mosca, Michels conseguiu, em 1907, adentrar na carreira universitária como professor de Economia Política do Ateneu de Turim. Iniciar a vida acadêmica na Alemanha não era uma possibilidade para Michels, devido a militância na socialdemocracia. A partir dos seus estudos, o sociólogo ítalo-germânico visava produzir uma "*ciência da história analítica dos partidos políticos*" (Michels *apud* Albertoni, 1989: 30. Tradução nossa). Desta forma, o autor produziu sua teoria, que buscava compreender as relações entre as formas políticas da democracia e da oligarquia, a partir da análise partidária.

De acordo com Michels, a política dos últimos 120 anos não se limitava à relação entre indivíduo e Estado. Surgiu na vida política dos países europeus um terceiro aspecto, que estabeleceu a mediação entre os dois elementos anteriores e, na verdade, poderia ser chamado de um "*Estado no Estado*" (Albertoni, 1989: 31). Este terceiro elemento são os partidos políticos. Na sua obra de 1912 (*Para uma sociologia dos partidos políticos*), Michels desenvolveu esta ideia:

Na arena dos combates políticos, sociais e culturais entrou um terceiro elemento, nascido de fato dos interesses e dos sentimentos, mas que em grande medida, na sua estrutura e nos seus objetivos, se assemelha ao Estado, de tal modo que pode ser entendido como uma espécie de Estado individualizado ou como um Estado dentro do Estado. Este novo elemento, que representa um significativo coeficiente da história contemporânea, é hoje o *partido político*. (Michels, 2001: 09-10)

Num texto de 1907 (*A oligarquia constitucional. Novos estudos sobre a classe política*), que Albertoni considerou como a primeira síntese entre os conceitos de democracia e oligarquia, Michels inicia com uma análise da literatura sobre a classe política. A revisão literária passava por três escolas principais: a teoria das elites mosco-paretiana; a teoria de Saint-Simon; e a teoria anarquista de Bakunin (Idem, 1989: 431-435). Após rápidas apresentações, o autor terminou por colocar a necessidade de investigar as causas da força e da estabilidade da classe política (Ibidem: 435).

Para o sociólogo ítalo-germânico, o número de pessoas que se envolvem com os negócios do Estado é estreito (Ibidem: 436). Esta relação baixa de pessoas é fruto de uma passividade da maioria do povo com relação à política estatal. A passividade política não é o único fator que eterniza o domínio de uma classe política. Para Michels, era a natureza intrínseca do

parlamentarismo, como governo indireto, mediante a delegação, que fortaleceria o predomínio da passividade e, conseqüentemente, da classe política (Ibidem: 437). Aqui Michels retomou os argumentos de Victor Consideránt, que considerava que entre a democracia e a monarquia não existia uma diferença essencial, pois ao invés do povo delegar a um Rei o poder, como na monarquia, o povo delegava a pequenos reis (parlamentares) o poder na democracia (Ibidem: 438). A estas observações, o sociólogo acrescentou que os parlamentares, ao exercerem os seus mandatos, transformavam-se de "servidores do povo" em "patrões do povo".

Para perpetuar o domínio da classe política, Michels considerou duas práticas das elites. A primeira era a relação com a hereditariedade: para o intelectual ítalo-germânico, os laços de família eram fundamentais na formação da classe política. Em sua *Introdução à sociologia política* (1969), Michels estudou os laços de família entre as antigas elites nobres e as novas elites burguesas na Alemanha, encontrando diversas famílias que se perpetuaram após dezenas de anos (Idem, 1969: 70). A segunda prática era a formação de uma burocracia como autodefesa da classe política, isto é, como uma camada submetida à vontade da elite política (Idem, 1989: 439-442).

Para se contrapor à classe política, os marxistas sempre apostaram na luta do proletariado e de seu partido pelo poder estatal. Para Michels, de acordo com seus estudos anteriores sobre o SPD, a luta dos partidos do proletariado não era a luta pelo fim de uma classe política, mas pela substituição de uma classe política minoritária por outra classe política minoritária. E, para efetivar esta transferência de poder, o partido político passaria a ser o meio de formação de uma nova elite política. Os motivos que dariam vida a esta transformação já foram expostos: a *desproletarização* dos trabalhadores organizados no partido que se tornam profissionais partidários, fazendo com que a posição política transformadora do partido se torne uma posição de adaptação ao regime político predominante.

Michels afirmava a impossibilidade de existência de uma sociedade sem "classe política ou classe dominante" (Ibidem: 450). Aqui está a coincidência entre Michels e a teoria da elite de Mosca e Pareto. Para o autor ítalo-germânico, devido à análise dos partidos políticos e da história de alguns países europeus, a formação da elite não se dá por uma *circulação de elites* (Pareto), mas por um processo de *amalgamento*, isto é, da síntese entre as elites novas e velhas (Ibidem: 452).

É a permanência da classe política em diversas sociedades que vai levar Michels à formulação de sua principal tese: *a lei férrea da oligarquia*. A primeira formulação está no texto "*A democracia e a lei férrea da oligarquia*", de 1910. Na primeira parte do texto, Michels retoma alguns elementos sobre o surgimento dos partidos políticos no Estado democrático moderno. Para o autor, no regime democrático todos os partidos, incluindo aqueles controlados por aristocratas ou velhas elites, devem ter um apelo democrático, caso contrário, não conseguiriam eleger ninguém (Ibidem: 496). Assumir o discurso democrático é uma das conseqüências impostas às velhas elites pelo predomínio da democracia.

Para Michels, a possibilidade de um grupo social afirmar seus interesses só existe através de uma organização. A organização é um meio pelo qual milhares de indivíduos se associam em busca de fins compartilhados. O problema é que a organização, para ser efetiva, necessita de



dirigentes. Um partido político não é uma organização qualquer, mas uma *instituição de representação de indivíduos no Estado* (papel de mediação). É exatamente o princípio da representação que Michels coloca em questão. Em seu livro sobre os partidos políticos, o autor escreveu:

Representar significa manifestar a vontade geral por intermédio da vontade particular. (...) Mas a função de representação, quando se prolonga, torna-se inevitavelmente, seja em que circunstâncias for, uma *dominação dos representantes sobre os representados*. (2001: 175. Grifos do autor).

Esta dominação acontece por dois processos: o primeiro é a mudança da posição social entre o dirigente partidário e o representado; o segundo refere-se às mudanças psicológicas advindas da atividade do dirigente partidário (Idem, 1989: 515). Além destes, há outro que Michels acrescenta e que analisaremos à frente, que são os processos de natureza tática (para vencer é preciso agir centralizado, como um exército). Neste debate, é importante a diferenciação que ele estabeleceu entre os partidos aristocratas e os partidos democráticos e/ou socialistas: para os primeiros, a relação de dominação é intrínseca ao projeto político; para os segundos, esta relação é oculta, é um efeito de miragem (Idem, 2001: 423).

A partir da consideração de que a organização leva a uma dominação dos dirigentes sobre os dirigidos, Michels amplia a questão e diz que o regime oligárquico (dominação de uma elite minoritária) está contido no interior do regime democrático. É uma formação orgânica deste último. Este salto, do debate dos partidos para o debate do Estado, é possível pela consideração de que o partido nada mais é do que um Estado dentro do Estado (Ibidem: 09-10).

Além disso, Michels assinala algumas leis objetivas que operam na relação entre dirigentes e dirigidos: a lei da inércia ou estabilidade, na qual os dirigentes procuram se perpetuar enquanto classe política (Idem, 1989: 510); a transformação do princípio de organização como fim do partido (necessidade de ganhar cada vez mais apoio e militantes para fortalecer a organização e não os fins partidários), entre outras.

O texto, *A oligarquia orgânica constitucional. Novos estudos sobre a classe política*, de 1907, marca definitivamente o início da relação entre Michels e a teoria das elites, pois o autor ítalo-germânico procurou descrever como se formam as novas elites no Estado moderno. Seus estudos prévios sobre o SPD foram fundamentais, pois é a crítica ao partido e a contradição identificada entre a teoria e a prática da socialdemocracia que levou Michels à formulação das leis que explicam tais transformações. Dessa forma, o caminho de Michels até a teoria das elites teve como mediação a "crise do socialismo" no início do século. É justamente este tema que o autor aborda em outro texto, de 1910, chamado *A crise psicológica do socialismo*. A crise do socialismo, para Michels, se dava porque as organizações que se declaravam socialistas cresciam, mas a meta do socialismo estava cada vez mais afastada destas organizações (Ibidem: 528-529). Nesse sentido, a crise dos socialistas era uma crise psicológica, uma crise nervosa (Ibidem: 527). A meta socialista não era somente um problema econômico (fim da propriedade privada e socialização da

produção), mas um problema de organização, de ordem muito maior do que as questões técnicas da economia (Ibidem: 536). E a organização, para o sociólogo ítalo-germânico, era o princípio da oligarquização:

Quem diz organização, diz diferenciação, diz um punhado de chefes que falam e agem em nome de outros. A organização determina a divisão do ente organizado numa minoria condutora e numa maioria conduzida, mesmo se tal organização se chama Estado democrático, partido revolucionário ou sindicato operário (Ibidem: 536. Tradução nossa).

No mesmo texto, Michels procura acertar contas com seu passado de proximidade com o sindicalismo revolucionário de Sorel – com quem continuou trocando cartas e correspondências nos anos posteriores. Para os sindicalistas revolucionários, os partidos, que em tese teriam o papel político, têm uma função unicamente eleitoral. Por isso, os sindicatos não devem ter um papel somente econômico, mas político-econômico. Este papel é criativo e pedagógico, já que para os teóricos do sindicalismo revolucionário os sindicatos devem assumir a educação dos trabalhadores para que os mesmos possam assumir a produção. Para Michels, esse discurso não passa de uma ilusão:

O *lirismo* sindicalista se baseia sobre duas premissas e pressupostos falsos. O primeiro destes consiste na alegada capacidade educativo-técnica do sindicato de encarregar-se, se necessário, da produção, o que chega até o problema da capacidade econômica, e que deu início, recentemente, a uma interessante controvérsia. O outro pressuposto, não menos errôneo, do lirismo sindicalista de conhecimento incompleto, é o que tem seus seguidores das leis psicológicas e técnicas da democracia. (Ibidem: 534)

Em um texto anterior, de 1905, sobre o congresso sindical de Colonia (cidade da Alemanha), o sociólogo ítalo-germânico questionava se o partido combateria vigorosamente o espírito quietista dos sindicatos (Ibidem: 199). Espírito quietista que pode ser resumido na negação da convocação de uma greve de massas: expressão máxima da concepção revolucionária, antilegalista e antiestatal (Ibidem: 200). Já no texto sobre a crise do socialismo, o debate é o inverso. A greve geral não é vista mais como um meio de educação e movimentação das massas na luta pela democracia e pelo socialismo, mas um meio para a troca da classe política. A greve de massas não é mais um instrumento da emancipação dos trabalhadores, mas um meio de colocar as massas a serviço dos interesses das novas elites políticas (Ibidem: 540). Ao teorizar que o conservadorismo político não era só fruto de uma política errada, mas das próprias estruturas organizativas das sociedades modernas, a ruptura de Michels com a socialdemocracia se fez completa.

#### 4. Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna

A principal obra de Michels foi publicada em 1912. Nesta obra, o autor procurou entender as leis que permeiam o desenvolvimento dos partidos políticos. Um dos objetivos declarados era compreender a *natureza dos partidos políticos*. Para realizar esta empreitada teórica, ele perpassou diversas disciplinas das ciências sociais (história, economia, filosofia e psicologia), já que em 1912, como ele mesmo justifica, não havia um campo de análise específico para a teoria dos partidos (Idem, 2001: 10). Esta obra nada mais é do que a conclusão definitiva dos estudos que Michels realizou, desde 1905, sobre os partidos políticos. De acordo com Albertoni:

Considero, agora, que se possa dizer que *A sociologia* representa efetivamente a confluência bastante prática de todas as diversas experiências políticas do escritor vividas e de seus questionamentos com pluralidade de aproximações e de métodos (1989: 39. Tradução nossa).

Esta “pluralidade de aproximações e de métodos” é na verdade uma tentativa de síntese das análises e dos conceitos formulados anteriormente por Michels. A síntese a que Michels chegou em sua obra sobre os partidos políticos é uma repetição das críticas realizadas nos textos anteriores, com uma maior quantidade de análise histórica dos fatos, que serve como apoio para suas teses. Nesse sentido, não será preciso aqui repetir algumas formulações de Michels, uma vez que já foram tratadas aqui, a saber: a) o partido como fator de mobilidade social (Michels, 2001: 115); b) a necessidade do partido para a mediação entre indivíduos e Estado (Ibidem: 53); c) a questão do *amalgamento* entre direções políticas contrárias (Ibidem: 238). Nestes pontos, não houve um aprofundamento conceitual do autor, mas em outros sim. Por isso, é preciso realizar uma análise das principais formulações de Michels sobre os partidos políticos.

##### a) *Uma teoria dos partidos políticos ou uma teoria da impossibilidade da democracia?*

Robert Michels é um conhecido teórico sobre os partidos políticos. Sua obra é lida muitas vezes nesta perspectiva analítica. Mas o próprio subtítulo do livro parece localizar a obra principal do autor para além desse campo de estudos. O subtítulo é “*Investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos*”. Logo na introdução à primeira edição do livro, Michels deixa clara seu propósito: “*A nossa tarefa consiste em ocuparmo-nos criticamente das tentativas de solução do **problema da democracia***” (Ibidem: 10. Grifo do autor). Para realizar esta tarefa, o autor propôs a análise dos *fenômenos de direção dentro dos partidos políticos* da democracia moderna (Ibidem: 11). Para a análise poder ser generalizada entre partido, Estado e sindicato era preciso que Michels identificasse as semelhanças e as diferenças entre estas instituições.

A diferença principal, para ele, entre o partido e o sindicato consistia nas tarefas que cada um poderia cumprir. Enquanto o sindicato se construía com base no âmbito profissional e econômico, os partidos políticos se construía em bases políticas e ideológicas (Ibidem: 15). Segundo Michels, o partido era a representação dos embates políticos, sociais e culturais na sociedade.

O Estado também era concebido como meio organizador da vontade coletiva, mas o espaço de atuação era diferente: o Estado-nação organizaria a vontade coletiva através da defesa da pátria (Idem, 1969: 147)<sup>2</sup> Por isso, a diferença real, para Michels, entre o partido e o Estado é que um é "*organização voluntária (o partido)*" e o outro é "*uma organização involuntária (o Estado), ou seja, entre uma organização à qual se adere e uma organização dentro da qual se nasce*" (Idem, 2001, p. 261). Esta diferença é importante, já que a aderência voluntária pressupõe o acordo entre indivíduo e partido, ainda que este não seja um acordo livre, mas a aceitação do indivíduo do programa e do regime partidário.

A primeira edição do *Para uma sociologia*, foi dedicada a Max Weber, autor com o qual Michels compartilhou diversas ideias. Na definição de partido de Weber, o caráter voluntário também foi ressaltado: "*Partidos são, em sua essência mais íntima (...) organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre **recrutamento**, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contrato*" (Weber, 1999: 544. Grifo do autor).

Além disso, é preciso lembrar que os partidos são "Estado dentro do Estado" (Michels, 2001: 10). Desta forma, é possível passar da análise da transformação oligárquica dos partidos democráticos e socialistas para a análise da mesma transformação nos Estados democráticos sem um prejuízo analítico. Esta passagem tem como base fundamental a tese de que é a necessidade de organização (sindicatos, partido e Estado são instituições organizativas) que levaria à formação do regime oligárquico (Tuccari, 1993: 234).

O problema da democracia, sublinhado por Michels, de acordo com Filippini, é uma análise da falência da democracia e do socialismo em não conseguir realizar as aspirações da "vontade da maioria" e do "fim da exploração". Esta falência está situada na concepção de Michels sobre democracia enquanto regime no qual a maioria governe. Toda análise empírica e teórica do sociólogo ítalo-germânico comprova a impossibilidade de a maioria governar. É importante ressaltar que as formulações de Michels se deram, principalmente, sobre a análise do Estado autoritário do início do século XX na Alemanha e da democracia restrita no Estado italiano (Filippini, 2008: 234). O que nos coloca a questão de até em que ponto a teoria de Michels pode explicar outros regimes democráticos? Voltaremos a essa questão mais adiante.

## b) *A luta pelo poder enquanto luta pelo consenso de massas*

---

<sup>2</sup> Apesar de um partido poder atuar como organizador da defesa da pátria, por meio da sua ação nas ruas, no parlamento e no Executivo, o papel fundamental dessa defesa é atribuição do Exército que é parte do Estado e uma organização na qual a adesão é obrigatória e não voluntária

A luta pelo poder nas sociedades modernas, conforme Michels, é uma luta dos partidos que pretendem atrair as massas para seu programa político. Esta característica se aplica tanto em relação ao regime democrático, quanto às ditaduras. Ela é uma consequência da busca pelo "máximo numérico".

Em sua obra sobre os partidos políticos, o autor recuperou a formulação de Friederich Curtis criticando os partidos aristocráticos, os quais, em plena democracia, procuravam continuar no poder sem o consentimento das massas: "*A elite de nada lhes serve [aos conservadores]. Têm que dominar as massas e dominar por intermédio das massas*" (Curtis *apud* Michels, 2001: 33).

A entrada das massas (o conjunto de classes subalternas) no jogo político é um fator novo no Estado capitalista moderno. Para o historiador inglês Hobsbawm, o processo de entrada das classes subalternas no jogo político, a partir da década de 70 do século XIX, era irreversível (Hobsbawm, 2002: 127). Esta entrada se dava através da ampliação do sufrágio e das instituições representativas. A participação das classes era feita, fundamentalmente, por meio da mobilização eleitoral; mas a pressão através das lutas econômicas e políticas por direitos e reformas sociais também eram formas utilizadas pelos partidos políticos (Ibidem, p. 130). As velhas elites, contrárias por muito tempo à ampliação da democracia, tiveram que se render a esta entrada das classes subalternas na política:

Os políticos eram obrigados, cada vez mais, a apelar para um eleitorado de massas; e mesmo ao falar diretamente às massas, ou indiretamente, pelo megafone da imprensa popular (inclusive pelos jornais dos adversários), Bismarck, por exemplo, provavelmente jamais se dirigiu senão a uma audiência de elite. (Ibidem: 130).

Ao serem obrigados a apelar às massas para chegarem ao poder, os governantes jogavam as discussões políticas principais para o mundo dos intelectuais e para o público que os acompanhavam. De acordo com o historiador, a era da democratização é também a era da hipocrisia pública (Ibidem).

De acordo com Michels, na política moderna, o consenso das massas para governar é um fator que deve ser levado em conta na luta política. Mas não é só no regime democrático que o consenso seria importante. Nos Estados ditatoriais também. Em sua aula de sociologia política, de 1926, Michels discutiu, em referência ao partido fascista, que nem mesmo este poderia prescindir do consentimento das massas, já que é através deste que o partido pode governar:

*A elite já não pode conservar seu poder sem o consentimento explícito ou tácito das massas, sobre o qual dependem de muitas formas. Então, existe uma compulsão social do todo recíproca entre o partido, monopolista e até agora dono do Estado a ponto de confundir-se com ele, por um lado e as massas,*

privadas de seus chamados direitos políticos, pelo outro. (1969: 141. Grifos do autor. Tradução nossa).

Esta "compulsão recíproca" entre partido e massas é característica de qualquer relação de direção política moderna. Ela é a novidade do Estado moderno. O partido político é justamente o agente que constrói o consentimento junto às massas.

Esta forma de considerar as relações entre partido e massas é o que leva às considerações de Michels sobre a luta de classes e sua relação com a consciência de classe. Por exemplo, para o autor, a luta entre as classes não é resultado de situações objetivas, mas da combinação destas com a consciência de classe que só pode ser formada a partir da atuação dos partidos políticos:

Na história *das lutas de classes* o motor não é a simples *existência* de situações opressoras, mas o *grau de consciência* que os oprimidos têm delas. Deste modo, também a existência do proletariado moderno não é por si só determinante da chamada "questão social". A luta de classes, para não ficar no estado onírico da eterna latência, necessita da *consciência de classe* como seu fundamento. A consciência de classe é um correlato imprescindível da luta de classes. (Idem, 2001: 268. Grifos do autor).

A conquista da massa só pode ser feita através da luta de classes e através da formação de uma vontade coletiva que a expresse. A luta de classes é, na verdade, a luta dos partidos, das elites políticas, pela consciência das massas. É nesta luta pelo consentimento das massas com as políticas de cada direção que se desenvolve o fenômeno de oligarquização da direção em relação às massas.

### c) *A lei férrea das oligarquias*

A principal formulação de Michels, na sua compreensão sociológica dos partidos, foi a lei férrea das oligarquias. Esta lei descreve o processo de funcionamento de toda organização política, voluntária ou não, econômico-profissional ou ideológica. Como síntese, poderíamos descrever a lei, de acordo com Michels, da seguinte forma:

Quem diz organização, diz *tendência para a oligarquia*. Da natureza da organização faz parte um traço profundamente aristocrático. A mecânica da organização, ao criar uma estrutura sólida, produz também importantes alterações. Inverte a relação entre o chefe e a massa. A organização completa de modo decisivo a cisão de um partido ou de um sindicato em dois grupos: uma minoria que dirige e uma maioria que é dirigida. (2001: 54. Grifos do autor).

A elaboração da lei está baseada numa análise empírica. Como vimos, foi a partir do estudo do partido socialdemocrata alemão (SPD) e do partido socialista italiano (PSI) que Michels chegou à formulação da lei.

A lei da oligarquia se realizaria nas organizações políticas em virtude de diversos fatores (organizativos, administrativos, técnicos, psicológicos, sociais). Todos estes fatores impediriam a realização da democracia nos partidos, levando à constituição de oligarquias. A sistematização realizada por Michels da lei da oligarquia toma como base três características essenciais da sociedade moderna:

O complexo de tendências que levantam obstáculos à efetivação da *democracia* só dificilmente se deixa deslindar e só com grande pedanteria poderia ser catalogado. (...) Tais tendências assentam (1) na essência da natureza humana, (2) na essência da luta política e (3) na essência da organização. A *democracia conduz à oligarquia*, transforma-se em oligarquia. (Ibidem: 08-09).

Em relação à natureza humana, Michels recuperou os argumentos da psicologia da multidão de Le Bon. Para o autor ítalo-germânico, existem duas considerações importantes sobre a formação psicológica dos indivíduos a serem consideradas pela teoria dos partidos (Tuccari, 1993: 235-236). A primeira diz respeito à questão da *apatia inerente às massas*. Para Michels, as massas vivem num “estado amorfo” (2001: 18), no qual estão desorganizadas política, profissional e ideologicamente. Em seu estado desorganizado, as massas não possuem uma vontade coletiva que possa atuar na luta política. São somente os dirigentes, que por razões pessoais ou ideológicas, saem deste estado de “natureza” e se tornam parte da “superestrutura” política:

O dirigente é alguém que se levantou de entre a multidão – dentro da qual era apenas uma molécula – sem ter total consciência de até onde o levaria esse impulso instintivo e sem segundas intenções de ordem pessoal, talvez apenas por intuir com maior clareza o objetivo comum, por desejar esse objetivo mais apaixonadamente, ou seja, em conseqüência de uma vontade mais intensa, de uma personalidade mais enérgica, de um filantropismo mais profundo do que o dos restantes. (Ibidem: 244)<sup>3</sup>

Michels insiste sobre o fato de que os dirigentes não são movidos apenas por interesses “egoístas”, podendo se mover por convicções coletivas (Ibidem: 262).

O que acontece é que a partir do momento em que aparecem os dirigentes, estes se organizam enquanto tais e o exercício da função de direção faz com que altere sua própria personalidade. Este é o segundo fator psicológico importante levantado por Michels. Para ele, o

---

<sup>3</sup> Apesar de em nenhum momento haver uma referência, é possível aproximar esta “vontade mais intensa” dos dirigentes, do conceito de paixão de Croce e do mito de Sorel (Cf. GRAMSCI, 1975: 888-889).

"certo é que o exercício do poder modifica traços essenciais do caráter daquele que o exerce" (Ibidem: 248). A modificação do caráter psicológico faz com que aquele que acreditava poder emancipar a todos de forma igual, ao levar sua prática enquanto direção, no jogo político, tem que adaptar-se às suas leis. A adaptação às leis da luta política significa a perpetuação da necessidade da elite dirigente dos partidos políticos, da divisão entre dirigentes e dirigidos. Para Michels, esta adaptação tem também uma base social.

É necessário acrescentar outro fenômeno que ocorre na psicologia das multidões, e ainda que não seja uma ocorrência central, é um fator importante para compreender a lei férrea da oligarquia. Para Michels, uma das modificações na relação entre chefes e massas se dá na *fidelidade das massas em relação aos dirigentes*. Ao fazerem avançar a luta das massas, os dirigentes obtêm a gratidão das massas (Michels, 2001: 89-91). Essa gratidão é a base de um importante *elo* entre os dirigentes e as massas: as massas só se sentem representadas e confiantes através de seus dirigentes. Esta confiança é reforçada a partir dos dons dos líderes, como oratória e carisma, além de ser base para o fenômeno de "culto a liderança".

Mas na maior parte dos casos, pelo contrário, as massas, inebriadas pelas capacidades do orador, ficam tão hipnotizadas que continuam sempre a ver nele, por assim dizer, um espelho onde o seu próprio eu surge ampliado. Assim, a admiração e o entusiasmo das massas para com o orador transformam-se em última análise em admiração e entusiasmo por si próprias, pela sua própria personalidade, e que o orador vai alimentando na medida em que fala e promete agir em nome da massa, ou seja, em nome de cada um dos indivíduos que a compõem. (Ibidem: 103).

A ação dos partidos políticos tende a formar uma consciência nos indivíduos-massa de que é o dirigente quem age em nome das massas, mesmo quando estas têm que agir e se colocar em luta. Mas isto não passa de uma miragem, já que para Michels a própria divisão entre dirigentes e dirigidos faz com que os primeiros passem a defender interesses próprios, divergentes das massas.

As determinações em relação à psicologia da multidão não são as únicas sobre as quais Michels construiu a tendência à oligarquia. Existem outros dois conjuntos de determinações que ainda não exploramos: o caráter da luta política e as causas organizativas.

Em relação à luta política, atuam mais claramente as leis de diferenciação e transgressão. A "tendência diferenciadora" faz com que cada partido, para conquistar a maioria que necessita para chegar ao poder, precise se diferenciar do(s) outro(s) partido(s), em todas as suas atividades. É neste sentido que Michels insiste que o partido "*significa separação, diferenciação; **pars**, não **totum**. Partido implica, pois, delimitação*" (Ibidem: 47. Grifo do autor). A vida de um partido é marcada pela *diferenciação* que, na prática cotidiana, lhe permite alcançar seu objetivo. Esta tendência é centrífuga porque, para Michels, ao se diferenciar o partido procura expandir, pois consegue delimitar melhor suas diferenças com outros partidos políticos para o conjunto dos



cidadãos: o objetivo da diferenciação externa é a expansão da influência do partido nas massas através da delimitação de um campo próprio do partido.

Por outro lado, junto a esta tendência, atua uma contrária, que é a tendência à transgressão da base partidária ou do máximo numérico. Um exemplo hipotético pode tornar mais evidente esta tendência: todo partido tem o objetivo de chegar ao poder, por vias legais ou não; para isto, necessita ganhar a maioria das pessoas ao seu projeto (socialismo, nacionalismo, cristianismo...). Ao fazer isto, ele deve ultrapassar os limites da sua própria base partidária, que é marcada pela característica que define o próprio partido. Mas se ele ultrapassa a sua base partidária (ideologia/classe) ele anuncia a renúncia da sua própria base (social, ideológica, de elite). Este é um fator importante na explicação michelsiana para a degeneração da socialdemocracia alemã: a aceitação da legalidade burguesa pela socialdemocracia alemã (partido do proletariado) representou a morte do projeto socialista (Idem, 1989: 159). Esta tendência é centrípeta, pois ela representa o fim da possibilidade de transformação *no* e *pelo* partido – e, assim, o seu fechamento. Michels acrescentou que esta tendência está determinada pela necessidade de conquistar o poder, objetivo de qualquer partido<sup>4</sup>.

É importante ressaltar, que na inter-relação de tendências que Michels apresenta, uma sempre prevalece sobre a outra; neste caso, a tendência centrípeta é lei, enquanto a tendência centrífuga atua como contra-causa que não reverte a lei, apenas causa disfunções temporárias em suas determinações. E uma das razões para que a tendência centrípeta se perpetue, principalmente nos partidos democráticos e socialistas, é que para conseguir atingir o “máximo numérico”, é necessária uma direção cada vez mais estável e centralizada (lei da inércia ou da estabilidade). Isto se dá porque os partidos que lutam pelo poder são “*organizações de combate*” (Michels, 2001: 69) e no combate “*a lei fundamental da ciência da tática é a da prontidão para o ataque*” (Ibidem).

Durante o combate, nem uma direção socialista pode prescindir da autoridade; precisa de ter força suficiente para levar a cabo a sua orientação. Para tanto, temporariamente é necessário exercer o despotismo. A própria liberdade tem que se subordinar às necessidades da rapidez na ação. (Ibidem: 70).

No exercício da luta política é necessário adaptar-se a um campo de batalha. É por esta razão que uma autoridade rígida (hierárquica e severa, de acordo com Michels), mesmo de caráter democrático ou socialista, seria necessária para avançar na luta política.

Outro aspecto relacionado é a necessidade da *prontidão para o ataque* nos partidos, é a questão de estabilidade da direção. Somente uma direção estável, que internamente não esteja

---

4 No livro de Michels, *Introdução à sociologia política*, o autor expôs sua elaboração dessas duas tendências dos partidos políticos (1969: 136). Essa tendência foi identificada por Przeworski, em seu livro sobre a socialdemocracia: “Os líderes de partidos baseados na classe operária devem escolher entre um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral às custas de uma diluição de sua orientação de classe” (1991: 125).

fracionada por conflitos, conseguirá aplicar o seu programa da forma correta. A estabilidade interna é uma condição da luta pelo poder (que é externa). O problema é que estabilidade e conservadorismo são situações correlatas: a luta pela estabilidade interna do partido, para Michels, tende a ser a luta pela conservação da direção partidária. É por isto que, para o autor, a estabilidade pode ser comparada à “lei da inércia” (Idem, 1989: 510). De acordo com Michels, isto é perceptível nos confrontos internos dos partidos políticos, já que os “paladinos da estabilidade” são sempre aqueles que dirigem. E como diz o próprio autor, o “*que não espanta é que em períodos politicamente mais pacíficos a estabilidade dos dirigentes seja ainda muito mais notável*” (Michels, 2001: 130).

O terceiro campo de fatores que determinam a lei férrea da oligarquia refere-se à organização em si. Para o sociólogo ítalo-germânico, toda organização se baseia na diferenciação interna entre dirigentes e dirigidos. Segundo ele, no aspecto organizativo, a organização nunca poderia ser democrática, já que a maioria não poderia exercer a direção nos partidos socialistas e democráticos.

A razão principal, do ponto de vista organizativo, é de caráter técnico: a atividade política nos Estados capitalistas modernos é cada vez mais complexa. Para conseguir exercê-la é necessário que o dirigente desenvolva uma *atividade especializada* e que o cargo de direção não seja composto de forma apenas “voluntária”. Esta mudança da atividade política foi analisada por Max Weber, quando o autor discutiu a ação dos políticos a partir dos conceitos de *viver para política* para *viver da política* (Weber, 2000a: 19)<sup>5</sup>. A primeira categoria representa aqueles políticos que podem exercer a atividade política de forma não remunerada, já que obtém renda em outros meios que não ocupam a sua jornada diária (para Weber, nem operários, nem empresários poderiam ser representados nesta categoria); já a segunda se caracteriza por políticos remunerados e que exercem esta atividade em tempo integral (Ibidem: 19-25). Nos Estados modernos, há uma predominância dos políticos profissionais, devido ao desenvolvimento das atividades do Estado e das atividades políticas. Este desenvolvimento significou um aumento da complexidade da atividade política no Estado moderno, no sentido de que há cada vez mais atores no jogo político: Michels destacou a entrada das massas e dos partidos políticos na política, como vimos acima; Weber destaca, principalmente, a ampliação do Estado a partir dos cargos administrativos e representativos (Ibidem: 27). Para Michels, toda atividade dos partidos políticos é marcada por esta complexidade progressiva da atividade política. A complexidade da atividade política nas sociedades capitalistas determina internamente a vida partidária a partir da expansão das atividades do partido, fruto da tendência de busca do “máximo numérico” por parte das organizações políticas:

Na medida em que disponha de uma estrutura com alguma solidez, uma *organização*, seja ela o Estado democrático, um partido político ou um sindicato

---

5 Weber define o conceito de política da seguinte forma: “Deste modo estabeleceremos como significado de política a aspiração a participar no poder ou a aspiração a influenciar na distribuição do poder entre os diversos Estados ou no interior de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de indivíduos que o constituem” (2000a: 5-6).

proletário, é sempre um terreno fértil para o surgimento de diferenciações. Quanto mais o aparelho oficial se amplia e ramifica, ou seja, quanto mais membros a organização vai tendo, quanto mais os seus cofres se vão enchendo, quanto mais a respectiva imprensa vai crescendo, tanto mais o poder popular se vai restringindo dentro dela para ser gradualmente substituído pela *omnipotência das comissões* com funções diretivas. (Michels, 2001: 111-112. Grifos do autor).

O desenvolvimento da organização acarreta o aumento das suas atividades, que leva à especialização em comissões específicas para a deliberação das atividades. O crescimento das atividades, para que se tenha eficiência na resolução das mesmas, faz com que o partido aumente o número de políticos profissionais, capazes de decidirem. É através deste processo de complexidade da atividade política que, para Michels, a organização torna-se um meio de autonomização/separação dos representantes políticos da sua base social.

Outro aspecto técnico da impossibilidade da maioria dirigir o partido político é que o autogoverno das massas não seria possível nas sociedades modernas. A reunião diária de todos os partidários para a deliberação das ações partidárias seria impossibilitada por razões territoriais e econômicas. Por isso, a complexidade das atividades políticas levaria o partido a abandonar (na prática) a possibilidade do autogoverno das massas.

Esta impossibilidade do autogoverno tem como fundamento a impossibilidade de uma representação, individual ou coletiva, que ocorresse de forma permanente. Para o autor, a partir do momento em que a base do partido elege sua direção, a base abdicaria da sua própria soberania (Ibidem: 171). Este é o sentido no qual o autor ítalo-germânico recuperou a crítica à democracia de autores como Jean-Jacques Rousseau<sup>6</sup> e Mikhail Bakunin<sup>7</sup>. Para Michels, a representação de interesses é apenas possível em formas conjunturais, nunca estruturalmente. A relação entre dirigentes e dirigidos é sempre uma relação entre dominantes e dominados. E na democracia, ou nos partidos democráticos, esta relação se transveste de representantes e representados.

Isto fica claro na análise que o autor fez da participação na vida partidária, em congressos ou assembleias do SPD (Ibidem: 83). Nesta análise, Michels apresenta a diferenciação em relação à "base partidária" e à "direção partidária" de forma inversamente proporcional ao poder de deliberação: quanto maior o número de pessoas num escalão da organização (filiados), menor o poder deste escalão em determinar a política do partido (Ibidem).

Para Michels, a forma de organização de um partido político, socialista ou democrático, ainda que de modo inconsciente, desenvolveria objetivamente como pressuposto a cisão entre uma camada que delibera e outra que acredita participar da deliberação política (Ibidem: 423).

---

6 "Tomando o termo em acepção rigorosa, nunca existiu verdadeira democracia e nunca existirá. É contra a ordem natural que seja o grande número a governar e que o pequeno número seja governado." (Rousseau *apud* Michels, 2001: 421).

7 "Toda a mentira do sistema representativo reside nesta ficção, segundo a qual um poder e uma câmara legislativa saídos da eleição popular devem ou até podem representar absolutamente a vontade do povo." (BAKUNIN, s/d: 169).

Mas esta divisão é ocultada por meio da representação de interesses, pois os dirigidos acreditam que tem seus interesses defendidos pelos dirigentes. Para o sociólogo ítalo-germânico, esta é a característica principal do regime democrático: um efeito de luz, que dá a ilusão aos governados de que eles conseguem enxergar o que está sendo iluminado, mas que na verdade esconde a dominação dos governantes sobre os governados, isto é, um *effet de mirage*.

d) *Organização e política são incompatíveis?*

A conclusão da obra de Michels sobre os partidos políticos inicia-se com dois questionamentos: 1) é incurável a doença oligárquica dos partidos políticos? 2) o regime oligárquico do partido determina uma política oligárquica? (Michels, 2001: 393). A primeira destas questões foi respondida anteriormente: quem diz organização, diz tendência à oligarquia e, por isso, a oligarquização é uma tendência imanente de qualquer partido que pretenda chegar ao poder (Ibidem: 54).

A segunda questão ainda não foi explorada neste artigo. A relação entre organização interna e atividade externa, para Michels, necessariamente, deve ser harmônica. Para determinar esse processo, Michels parte da investigação das causas e contra-causas. De acordo com o autor:

Dentro de certos limites relativamente estreitos o partido político democrático dirigido em moldes oligárquicos não deixará de ter uma influência democrática sobre o Estado. A velha classe política da sociedade – sobretudo ao nível do próprio aparelho de Estado – vê-se obrigada a adotar em alguma medida uma transfiguração dos valores: aumenta a consideração pelas massas, ainda que estas sejam conduzidas pela demagogia, e os órgãos legislativos e administrativos habitam-se a ceder não apenas às pressões vindas de cima, mas também às que vêm de baixo. (Michels, 2001: 393).

Para o autor, ao mesmo tempo em que avança a influência democrática do partido no sistema jurídico-político, ele se adapta à legalidade estatal, se oligarquizando.

É por isto que os limites da política democrática de uma organização oligárquica são estabelecidos por Michels por meio da ideia de *colaboração ao nível da própria governação*. Um processo de democratização, como disse o autor ítalo-germânico, pode avançar dentro de limites estreitos, no entanto *"tal processo ficará suspenso no momento em que as classes dominantes conseguirem captar a colaboração da oposição de extrema-esquerda ao nível da própria governação"* (Ibidem: 394). Para a classe política e o partido no poder, o objetivo era conseguir fazer com que a extrema-esquerda, que no início do século eram os socialdemocratas, aceitasse a própria legalidade imposta pela elite dominante. A aceitação desta legalidade fez com que a socialdemocracia se afastasse de seus objetivos socialistas e democráticos – este foi o sentido da

colaboração teorizada por Michels. Este mesmo processo, de adaptação ao regime, foi caracterizado por Antonio Gramsci como transformismo (1975: 2011).

Foi a partir da constatação desse processo de transformação da extrema-esquerda para uma esquerda com participação no governo que Michels começou a elaborar as suas críticas à democracia e ao socialismo. Como vimos, o centro da crítica do autor ítalo-germânico ao SPD era justamente a adaptação à legalidade, pois é nesta aceitação que residia o principal perigo ao partido (Michels, 1989: 159).

Além disso, o fenômeno de adaptação não é somente externo ao partido. Internamente, Michels caracteriza este fenômeno como de *cooptação*. A cooptação ocorre, principalmente, a partir do momento de estabilização da direção partidária e serve para apaziguar os conflitos internos ao partido. Existem duas formas de cooptação na vida partidária: a primeira é aquela na qual os dirigentes procuram designar outros dirigentes (nos quais confiam) para cumprirem as principais atividades partidárias (Idem, 2001: 202). Outra forma de cooptação é alocar os membros da oposição em postos "*importantes e honrosos dentro do partido*", de forma a partilhar a "*responsabilidade pelas ações da direção enquanto grupo*" (Ibidem: 234).

Em toda a obra de Michels há uma tensão entre a democracia como "tipo ideal" e a democracia "efetiva". Como vimos, suas primeiras formulações tiveram como base os conflitos políticos no interior do SPD. Do ponto de vista da democracia como tipo ideal, Michels compartilhava com Rousseau que a democracia era o regime da "soberania popular" (Ibidem: 426), na qual havia coincidência entre as vontades gerais e as vontades individuais. O estudo de Michels sobre os partidos políticos teve como proposta "*expor abertamente a questão de saber se a democracia é um ideal que possa reclamar-se de um valor de realidade*" (Ibidem: 426). Sua conclusão é que o regime democrático é na verdade uma democracia antidemocrática, isto é, uma democracia oligárquica: apoia-se em práticas formalmente democráticas (voto, consulta, participação, liberdade de imprensa), mas estas não passam de um *effet de mirage*, pois escondem um regime oligárquico, no qual as minorias dominam a maioria através dos mesmos mecanismos em que a maioria acredita ter o poder sobre a minoria.

Se a democracia não era a representação de uma vontade geral, mas um instrumento de perpetuação do domínio da minoria sob a maioria, ela representava uma forma de degeneração da atividade política, para Michels, pois afastava o povo da realização de seus interesses, em detrimento de realizar os interesses da elite dominante (Tuccari, 1993: 325). Essa é a chave teórica para entender sua adesão posterior ao fascismo italiano.

## 5. Conclusão

O problema da relação entre dirigentes e dirigidos é o que caracteriza a ciência política de acordo com Antonio Gramsci. Para o comunista italiano, é necessário saber se os dirigentes procuram perpetuar a divisão entre dirigentes e dirigidos (interesse dos dominantes) ou acabar com mesma (interesse dos subalternos) (Gramsci, 1975: 1752). Como vimos, a segunda

possibilidade é claramente rejeitada por Michels como uma impossibilidade de efetivação do ideal democrático.

A compreensão dessa impossibilidade foi o resultado de um longo e vivo processo de formulação conceitual com intervenção militante e intelectual no campo político. O confronto direto entre as teorias políticas e o processo histórico da socialdemocracia possibilitaram as formulações de Robert Michels sobre a sociologia dos partidos e o regime democrático.

A formulação da sociologia política dos partidos de Robert Michels foi ao mesmo tempo um processo de intervenção política e teórica. Se num primeiro momento, o autor desenvolveu suas análises a partir da crítica política à socialdemocracia alemã, num segundo momento, ele centrou-se sobre a crítica teórica ao marxismo e às teorias democráticas e liberais. Sua aproximação com a teoria elitista e também com Max Weber pavimentou este caminho teórico. É interessante sublinhar a inversão que Michels estabeleceu na relação entre as direções políticas e as massas. Num primeiro momento, na crítica à socialdemocracia, o problema se localizava na *direção política partidária*, em sua passividade frente às necessidades da luta política, sobretudo, em relação à necessidade da educação socialista e da greve de massas. Num segundo momento, após a ruptura com a socialdemocracia e sua aproximação com a teoria elitista, Robert Michels transferiu esta passividade da direção política para uma *passividade das massas*, assinalando que as direções políticas eram ativas na manutenção desta passividade dentro dos limites da política de cada elite partidária.

Esse deslocamento no par *passividade/atividade* está fundado na impossibilidade da soberania popular enquanto coincidência entre a vontade dos governados e dos governantes. Dessa forma, Michels é um dos precursores de uma teoria moderna da democracia que abandona a “utopia” democrática que circulava entre os teóricos da democracia, principalmente entre os socialistas. Porém, na formulação de Michels, isso não significava que toda democracia era impossível: o que era impossível é o ideal democrático, que não podia “reclamar um valor de realidade” (2001, p. 426), mas para os democratas era necessário combater os fatos oligárquicos próprios da democracia (Ibidem, p. 428).

Essa impossibilidade do ideal democrático implica uma questão fundamental para a teoria: a democracia, enquanto regime político, só pode existir sob a vontade de pequenas elites que atuam e se renovam por meio do conflito e da renovação entre elas, da circulação das elites. Essa interpretação de Michels, a partir da teoria dos partidos políticos e diretamente influenciada pela teoria elitista de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, foi fundamental para as interpretações posteriores sobre a democracia. Dois exemplos são a teoria de Joseph Schumpeter (1961), com sua democracia elitista, e a poliarquia de Robert Dahl (2015). Todos esses autores compartilham com Michels a impossibilidade da democracia como o “governo do povo”, porém, desenvolvem a possibilidade dela a partir da circulação das elites, das liberdades democráticas e principalmente do rito eleitoral (Miguel, 2002).

Os problemas do desenvolvimento democrático, principalmente na Itália no pós I Guerra Mundial, conduziram Michels a novas elaborações. O fascismo de Mussolini, na década de 1920, representará uma nova formulação de uma “antidemocracia democrática”, haja vista a

coincidência de interesses entre o líder carismático e o povo (Michels, 1991). A impossibilidade da democracia ganhará novos contornos na teoria de Michels, porém que fogem do escopo desse artigo<sup>8</sup>.

## 6. Bibliografia

- Albertoni, Ettore. Introduzione. In.: Michels, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989, p. 5-48.
- Bakunin, Mikhail. *O conceito de liberdade*. Porto: RES, s/d.
- Dahl, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 2015.
- Fetscher, Irving. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In.: Hobsbawm, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 02, p. 257-298.
- Filippini, Michele. *Una Filologia della società*. Tese – Departamento de Política, Instituição e História, Universidade de Bologna, Bologna, 2008.
- Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim, Einaudi: 1975, 4 v.
- Hobsbawm, Eric. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 7ª ed.
- Mathias, Erich. Kautsky e o kautskismo. A função da ideologia na socialdemocracia alemã até a primeira guerra mundial. In.: Bertelli, Antonio. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.
- Michels, Robert. *Por uma sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona, 2001.
- Michels, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989.
- Michels, Robert. *Introducción a la sociologia politica*. Buenos Aires: Paidos, 1969.
- Michels, Robert. *Socialismo e Fascismo (1925-1934)*. Milão: Giuffre, 1991.
- Miguel, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, nº 3, 2002, p. 483-511.
- Przeworski, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- Tuccari, Francesco. *I dilemmi della democrazia moderna*. Bari: Laterza, 1993.
- Weber, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1999-2000, 2v.
- Weber, Max. *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*. In.: *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultura, 1974, p. 7-91.

---

8 Desenvolvi este tema em minha dissertação de mestrado: FERREIRA FERNANDES, Renato César. 2011. Oligarquia e Transformismo: a crítica de Gramsci a Michels. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP.

Weber, Max. *Política y ciencia*. Buenos Aires: El Aleph, 2000a.

Weber, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In.: WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2001, v. 2, p. 349-359.